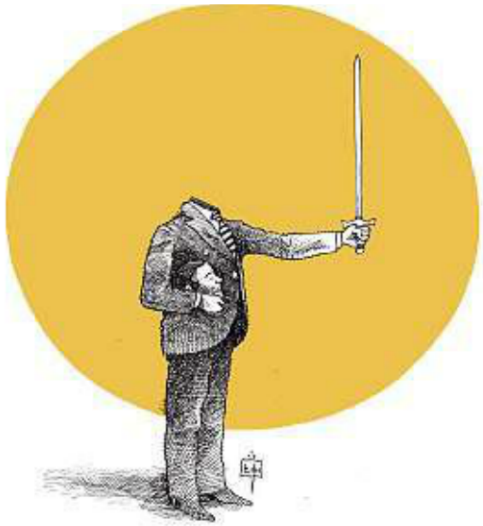
EDITORIAIS

ALÉM DO EMOCIONAL

É bom que o país esteja discutindo a maioridade penal e que esse debate não se restrinja ao Congresso Nacional, que está examinando várias propostas em torno da idade penal, já tendo rejeitado, numa primeira votação na Câmara, a redução de 18 para 16 anos de autores de crimes graves e hediondos. Todas as matérias de grande interesse para a sociedade brasileira deveriam contar com essa participação popular, com intensa discussão em todos os fóruns – das redes sociais às organizações públicas e privadas – e também com a aceitável pressão sobre os legisladores. Tudo isso é pertinente à democracia. O que não é democrático nem desejável é o emocionalismo demasiado, que invariavelmente chega a ofensas e agressões a quem pensa diferente.

Um tema desta dimensão, que envolve questões paralelas, como a infraestrutura prisional, a criminalidade descontrolada e os investimentos precários em ressocialização, precisa ser tratado com seriedade e sensatez. E, principalmente, com argumentos: quem acha que adolescentes infratores devem ser segregados em prisões comuns, com outros criminosos, deve apresentar razões que não se limitem à simples represália de uma sociedade atormentada pela violência; quem pensa o contrário, que o país deve se esforçar para recuperar jovens infratores e dar-lhes novas oportunidades, também deve justificar sua posição.

Zero Hora defende esta segunda visão, pois acredita que o país não pode retroceder em avanços civilizatórios, mas concorda com o aumento do tempo de internação em instituição especializada para autores de crimes hediondos – o que pode ser obtido com alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem mudança constitucional.



UM AUMENTO INDECOROSO

Só há um caminho diante do absurdo aumento de salários dos servidores do Judiciário, aprovado pelo Senado na terça-feira. É o do veto ao projeto, como o Executivo já antecipou, não só por representar um privilégio, em meio às dificuldades do país, mas por ser absurdamente imoral. Neste momento dramático da economia brasileira, não há como aceitar aumentos de 56% a 78%. Nem mesmo se a situação fosse de normalidade, tal concessão poderia ser recebida com naturalidade. Tampouco deve ser levada em conta a desculpa de que as correções serão pagas em seis parcelas, a partir deste mês e até 2017.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sustentou a posição do governo no argumento de que o custo do aumento é incompatível com as tentativas de levar adiante um ajuste fiscal a ser custeado por todos. Essa é a questão técnica a ser levada em conta. Além disso, é preciso considerar outros aspectos envolvidos na afronta. Um desses é a total desconsideração dos senadores pelas circunstâncias econômicas e financeiras da maioria dos brasileiros. No ambiente de insegurança em que vive o Brasil, a aprovação do reajuste – por mais merecedores que sejam os servidores – é uma agressão não só contra o governo fragilizado por um déficit crônico, mas contra a população.

O episódio reforça a sensação generalizada de que o Judiciário é quase um Poder alheio à situação geral de penúria. Privilégios representados por toda forma de auxílios, transformados em penduricalhos aos vencimentos dos integrantes da magistratura, têm provocado críticas a instituições que deveriam zelar pela equidade e pelo bom senso. O veto presidencial evita, além dos efeitos em cascata do aumento indecoroso, que o Judiciário desfrute de mais uma vantagem negada a outros setores da sociedade.

ARTIGO

MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO DA SALA DE AULA



FLÁVIA LEAL ALVES
Jornalista, coordenadora de projetos sociais da FMSS
flavia.alves@fmss.org.br

Até meados de 1970, a palmatória era uma prática ainda usada em salas de aula pelo Brasil afora. A educação era percebida como um sistema que formava crianças e adolescentes com disciplina e rigor. Vigiar e punir, diria Michel Foucault?

É por certo que as escolas estão inseridas em contextos socioculturais e políticos que ultrapassam seus muros. A sala de aula é uma veia aberta que recebe influências do corpo complexo que é a sociedade. Um corpo vivo que cresce e se transforma. Que vivencia tempos de barricadas, maresias, continuidades e desconstruções.

Historicamente, a humanidade vivenciou a Ágora do livre debate, o aprendizado africano compartilhado ao redor do Baobá, o silencioso e paciente manuscrever dos copistas medievais. As salas de aula também estavam nas ruas, com as primaveras que revolucionaram as formas de pensar: renascimentos de culturas e iluminismos populares. As salas de aula também estavam nas escolas. No Ocidente, a partir do pensamento industrial do século 18, ainda mais formatadas para as exigências de uma época.

De lá pra cá, o que mudou? Partindo do pressuposto de que a História não é uma linha didática linear, e, sim, permeada por reviravoltas e complexidades, proponho a seguinte reflexão: quais são os modelos de sala de aula anacrônicos para o século 21?

Não faz muito tempo que as palmatórias foram proibidas no Brasil. No inconsciente de muitos, a sala de aula é um espaço em que prevalece o medo de falhar. O erro é punido. Não mais com a violência física das palmatórias. Mas o medo de errar em testes e provas. Afinal, uma prova, seja ela o Enem ou o vestibular, irá definir quem entrará na Universidade – entidade ainda percebida como a alavanca para o sucesso profissional.

Parafraseando João Guimarães Rosa, a sala de aula seria, portanto, uma megera cartesiana? Ou seja, que preza pela formação de indivíduos racionais, e é orientada para passar conteúdos a alunos muitas vezes desinteressados e amedrontados com as provas?

A escola é muito mais do que isso. Ela é um ecossistema em que o ser humano é *sapiens*, mas também é *faber*, é *ludens*, é *symbolicus*. Como toda aprendizagem, ela se expande; como todo pensamento, muda e se transforma. A sala de aula do século 21 exige uma mudança de percepção: ela precisa ser transformadora.

Grupo RBS

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Presidente do Conselho de Administração e Comitê Editorial
Nelson Pacheco Sirotsky

Conselheiros:
Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Eduardo Gentil
Geraldo Corrêa
Jayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Nelson Mattos
Pedro Sirotsky

Diretoria Executiva
Presidente-executivo: Eduardo Sirotsky Melzer

Jornais: Andiara Petterle
Televisão: Antônio Augusto Pinent Tigre
Rádios: Fabiana Fichbein Marcon
Jornalismo: Marcelo Rech
Finanças: Claudio Toigo Filho
Estratégia e Desenvolvimento de Negócios: Luciana Antonini Ribeiro

ZH
Fundada em 4 de maio de 1964
Diretora de Redação
Marta Gleich
Diretor de Operações
Péricles Cenço
Diretor Comercial
Marcelo Leite
Diretor de Circulação e Marketing
Sidney Zamel
zerohora.com.br